

No entanto, fala-se na prioridade do ensino básico e na qualidade que o há de reerguer. Desgraçadamente, não se vê o óbvio.

[Carta aos leitores]
30/3/95

*

Resgate do Professor

No número de 23 de julho, estampou O GLOBO artigo da professora Ana Galheigo, atualmente no exercício do cargo de subsecretária estadual de Educação, sob o título “O resgate do professor”. Como professor tem vivência do problema e, pela função que exerce, responsabilidade no encaminhamento de sua solução. Antigo militante do magistério, onde fruí momentos muito mais saudáveis que os da hora presente, era natural que me lançasse à leitura do artigo com particular interesse. Infelizmente, e muito lamento, o desencanto foi em crescendo até o fecho do artigo. Os professores do estado vêm de uma greve que não lhes trouxe o menor benefício, a não ser talvez um enfezado abono de emergência, paliativo que prolonga a agonia, mas não cura o doente. A greve, naturalmente, reivindicava melhoria salarial, dado que uma remuneração mensal para um cargo que exige curso normal ou superior completos, além de prova de seleção, no valor de R\$ 300 para menos, não dá nem para o sustento semanal de um operário sóbrio e honesto. Vejamos, portanto, como a ilustre professora encara a questão salarial do magistério: “O salário é muito importante, sem dúvida! Mas a recuperação do *status* sócio-econômico do professor está diretamente relacionada à retomada da nossa função social para a maioria”. E continua: “Só quando a maioria da população se beneficiar efetivamente de uma educação de qualidade” etc. Quem não vê logo que os dados do problema foram invertidos? Na verdade, aos professores não se impõe a “retomada” de sua função social, porque nunca a interromperam. Com todas as dificuldades resultantes da precariedade de sua situação econômica (de *status* nem há como falar), aos trancos e barrancos, para usar de uma expressão do povo, vêm cumprindo, com sacrifício e consciência do dever, a sua função social, muitas vezes recorrendo aos seus poucos recursos para suprir as deficiências do meio escolar. Ensino de qualidade? Como esperar por esse outro tipo de retomada, se não dispõem os mestres de base pecuniária que lhes permita a aquisição de livros indispensáveis à sua constante atualização ou o acompanhamento de cursos de reciclagem ou aperfeiçoamento? Dêem aos professores do estado (e também do município) salários condignos, e verão por exemplo, que, em vez de evasão da carreira, valores novos irão acorrer às provas de seleção, contribuindo assim para a “educação de qualidade” almejada

pela senhora subsecretária. Quanto aos que, heroicamente, mantêm-se na liça, uma assistência especial do estado permitiria que recuperassem o tempo perdido, pois nem capacidade nem vocação lhes faltam para o exercício da profissão que abraçaram. O difícil é ver o simples, já filosofava o saudoso general Bertoldo Klinger.

[Carta aos leitores]
(*O Globo*, 07/08/95)

*

Eleição de diretores de escola

No INFORME JB, de domingo 22, vem a notícia de que o governador Marcello Alencar sancionou lei pela qual os diretores de escola serão escolhidos mediante eleição proporcional, em que o voto do aluno terá peso de 50%, devendo os outros 50% ser divididos entre professores e funcionários.

Deixemos de lado a situação de inferioridade a que são relegados os professores, a parte mais qualificada do “corpo eleitoral”, tendo-se em vista o processo de seleção a que se submetem para admissão ao cargo que ocupam. Ponhamos em questão somente o procedimento ora implantado.

Em primeiro lugar, despreza-se o sistema do mérito, o único que deve prevalecer; nem eleição perturbadora, nem a prática condenável do pistolão eleitoral. E, mais, o que é de suma gravidade, a opção por um sistema totalmente inadequado à natureza das instituições pedagógicas. O processo pernicioso teve início, aliás, nas universidades, por motivos de ordem estritamente política. Tratava-se de elevar às posições de mando os representantes de correntes políticas empolgadas por alas estudantis, os quais, uma vez eleitos e empossados, passariam a submeter-se a ideologias estranhas às finalidades acadêmicas, com grave prejuízo para o ensino, que ainda hoje lhe sofre as conseqüências desastrosas. As autoridades educacionais, como sempre intimidadas e de vistas curtas, engoliram os sapos. Mesmo hoje, procuram-se remédios para os desacertos do ensino universitário em áreas outras, quando a causa primeira reside na politização alienatória da Universidade.

Pois bem, é esse sistema provavelmente nocivo e, no caso, humilhante para os professores, que o Sr. Governador vem anacronicamente instituir nos estabelecimentos de segundo grau da rede pública, desviando os alunos, já tão solicitados por várias formas de diversão, de seu principal dever escolar, o estudo. Tudo ainda muito século XX.